



Simulado Final

TCE PA

Auditor de Controle Externo

Direito

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TCE-PA (Auditor de Controle Externo - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Direito do TCE-PA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/CUbs3XzhW5oob1kn8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/QKhf>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Assinale a frase que apresenta um modo de organização discursiva diferente do injuntivo.

- a) Viva cada dia como se fosse o último.
- b) Não tente antecipar a aposentadoria e postecipar juventude.
- c) Não matará seu filho adolescente de vergonha.
- d) Quem não vive a infância morre infantil.
- e) Não deixe de fazer amanhã o que pode fazer hoje.

02. Assinale a opção em que não está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- a) Os pais, por amarem demais, acabam por causar desamor nos filhos.
- b) Como não há governo, cada um preside sua própria vida.
- c) A inteligência é um paradoxo: quanto menos você tem, menos sente falta.
- d) A utilidade do prazer cai na medida em que o prazer se tornou muito banal.
- e) Eu permaneço calado porque não tenho nada a dizer.

03. *O primeiro cargo público que exerci foi o de Analista Judiciário – Área 1. Eu sempre tentava carreiras que pagavam bem. Depois, aos 30 anos, tentei continuar estudando para concursos, migrando para área de controle, nos quais não logrei êxito. Eu já não tinha o mesmo foco e fui desenvolvendo novos hobbies, não priorizava mais o estudo.*

Sobre as informações contidas no texto, uma inferência válida é:

- a) o narrador ocupou vários cargos públicos;

b) há pelo menos uma carreira pública que não paga bem;

c) há muitas áreas para a carreira de Analista Judiciário;

d) aos 30, o narrador parou de estudar para concurso;

e) o narrador não tinha hobbies anteriores ao tempo narrado.

04. *Conhecido como "sapo marinho", "sapo gigante" ou "sapo-cururu", o venenoso *Rhinella marina* é nativo da América do Sul e costuma se alimentar de insetos. Em 1935, para ajudar a Austrália a se livrar de uma infestação de besouros nas plantações de cana-de-açúcar, foram levados para o país 101 exemplares da espécie. No entanto, os recém chegados não forneceram a ajuda esperada e ainda por cima se multiplicaram rapidamente, tornando-se uma praga e afetando as espécies nativas.*

*Os 101 sapos que começaram a colonização da espécie na Austrália se adaptaram tão bem e se reproduziram tanto que hoje existem mais de 200 milhões de sapos-cururu no país. Um número alto demais para qualquer um, inclusive para os próprios sapos. Com o tempo, a competição por alimentos ficou tão acirrada que o *Rhinella marina* desenvolveu um novo comportamento de defesa: o canibalismo!*

Pelas características e estruturação apresentadas, o texto acima deve ser classificado como predominantemente:

- a) dissertativo argumentativo;
- b) dissertativo expositivo;
- c) injuntivo e descritivo;
- d) descritivo e narrativo;
- e) narrativo.

05. Assinale a alternativa em que a preposição não é exigida por um termo anterior.

- a) Todos desconfiam dos políticos.
- b) O medo de perder direitos gera pânico.
- c) O mercado de imóveis está muito inflacionado.
- d) Estude independentemente das condições desfavoráveis.
- e) O controle de gastos é a nossa maior prioridade.

06. A ordem dos termos em um sintagma nominal é relevante para a análise do sentido e da classe dos seus constituintes. No segmento "*certas atitudes*", a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) filme interessante
- b) som alto
- c) pobre menina
- d) bom caçador
- e) várias regiões

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) pombo-correio;
- b) sub-emprego;
- c) intra-ativos;
- d) super-resilientes;
- e) antiético.

08. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Diretor e Presidente discutiram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontramos o gato desconfiado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

09. O adjetivo de relação é aquele que apresenta valor semântico objetivo, isto é, não expressa subjetividade ou ponto de vista; é derivado por sufixação de um substantivo; é posposto ao substantivo; e não admite variação em grau.

Assinale a alternativa em que o adjetivo não corresponde à definição acima

- a) países asiáticos;
- b) liberdade econômica;
- c) leis tributárias;
- d) países livres;
- e) segurança jurídica.

10. Considere o seguinte argumento: "Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."

O raciocínio acima se fundamenta em uma falácia. Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre o raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização precipitada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

MATEMÁTICA FINANCEIRA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

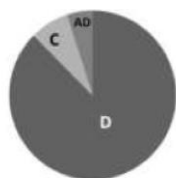
11. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

12. Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R\$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

- a) R\$ 5.270,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.300,00
- d) R\$ 5.360,00
- e) R\$ 5.330,00

- 13.** Para fazer um gráfico de setores que representasse o número de alunos canhotos, destros e ambidestros em certo órgão público, a professora Maria fez o seguinte gráfico abaixo.

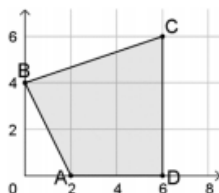


	Nº de alunos da sala de aula
Destros (D)	35
Canhotos (C)	3
Ambidestros (AD)	2

Quantos graus possui o setor circular correspondente aos destros no gráfico correto feito pela professora Maria?

- a) 300°.
- b) 310°.
- c) 315°.
- d) 320°.
- e) 325°.

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões **14** e **15**.

- 14.** Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- a) zero
- b) 25
- c) $20\sqrt{13}$
- d) $25\sqrt{13}$
- e) 50

- 15.** A área do estande de tiro é igual a:

- a) 10.000 m²
- b) 10.200 m²
- c) 10.400 m²
- d) 10.600 m²
- e) 10.800 m²

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Tiago Zanolla*

16. Em uma reunião no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o servidor João, que ocupa um cargo efetivo, discutia com sua colega Ana, contratada temporariamente, sobre as responsabilidades e comportamentos exigidos pelo Código de Ética da instituição. Durante a conversa, eles debateram sobre quem é abrangido por esse Código e quais são os princípios que devem nortear suas condutas.

Com base no Código de Ética do TCE-PA, responda à seguinte questão:

Segundo o Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), quais servidores são abrangidos por suas normas e que princípios devem guiar suas condutas?

- a) Os servidores efetivos e comissionados, devendo seguir princípios como legalidade, dignidade e discricção.
- b) Apenas os servidores efetivos, devendo seguir princípios como moralidade, publicidade e decorum.
- c) Todos os servidores efetivos, comissionados e temporários, bem como aqueles de outras instituições que prestem serviços ao Tribunal, devendo seguir princípios como legalidade, dignidade, publicidade, decoro, zelo, eficácia e consciência ética e moral.
- d) Somente os servidores efetivos e temporários, devendo seguir princípios de legalidade, publicidade, eficiência e moralidade.
- e) Os servidores efetivos e aqueles de outras instituições que prestem serviços ao Tribunal, devendo seguir princípios de legalidade, eficiência e publicidade.

17. No Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a servidora Maria cometeu uma infração leve e recebeu uma repreensão. Durante o processo administrativo, Maria questionou sobre os meios legais para a aplicação das penas disciplinares e os direitos assegurados aos servidores.

Conforme o Estatuto dos Servidores do Estado do Pará, quais são os procedimentos para a aplicação das penas disciplinares e quais direitos são assegurados aos acusados no processo administrativo?

- a) As penas de repreensão e suspensão são aplicadas por decreto, e a demissão por portaria; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem direito a reconsideração.
- b) As penas de repreensão e suspensão são aplicadas por portaria, e a demissão por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, além do direito de pedir reconsideração e recorrer da decisão.
- c) Todas as penas disciplinares são aplicadas por decreto, e são assegurados o contraditório e a ampla defesa, mas sem direito a reconsideração.
- d) As penas de repreensão e demissão são aplicadas por portaria, enquanto a suspensão é aplicada por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, e o servidor punido não pode recorrer da decisão.
- e) As penas de suspensão e demissão são aplicadas por portaria, e a repreensão por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com direito a reconsideração, mas sem recurso.

**CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA***Antônio Pequeno*

18. Caio, servidor público, compareceu à sede da sociedade empresária XYZ e, agindo com dolo, exigiu de João, sócio do estabelecimento comercial, tributo que sabia indevido. Inconformado, o empresário fez contato com uma guarnição da Polícia Militar que passava pela localidade. Na sequência, após tomarem ciência dos fatos, os policiais deram voz de prisão em flagrante ao agente público pela prática de crime contra a Administração Pública, encaminhando-o à delegacia de polícia mais próxima.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- a) corrupção ativa, com uma causa de aumento de pena.
- b) corrupção ativa, sem causas de aumento de pena.
- c) corrupção passiva simples.
- d) excesso de exação
- e) concussão.

19. Caio e João, policiais militares, realizavam patrulhamento de rotina, ocasião em que, em observância às formalidades legais, abordaram Tício, com ele encontrando 600 gramas de cocaína. Cientificado dos seus direitos constitucionais, o agente confessou ser traficante, oferecendo R\$ 5.000,00 para cada policial, caso o liberassem.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício, além do tráfico de drogas, responderá pelo crime de:

- a) excesso de exação;
- b) corrupção passiva;
- c) corrupção ativa;
- d) concussão;
- e) peculato.

20. Durante a Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, o nadador estadunidense Ryan Lochte comunicou à polícia civil ter sofrido um assalto após uma festa. O roubo efetivamente não aconteceu e, posteriormente, foi verificado que o atleta realizou a comunicação a Delegacia de Atendimento ao Turista para justificar estar chegando tarde à Vila Olímpica.

A hipótese em que alguém comunica à polícia um crime que sabe não ter acontecido é tipificado pela lei penal brasileira como

- a) comunicação falsa de crime, Art. 340 do Código Penal.
- b) denúncia caluniosa, Art. 339 do Código Penal.
- c) calúnia, Art. 138 do Código Penal.
- d) autoacusação falsa, Art. 341 do Código Penal.
- e) falso testemunho, Art. 342 do Código Penal.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ*Emerson Bruno*

21. Melvis é estagiário na Assembleia Legislativa do Pará. Instado por seu chefe a preparar uma apresentação sobre o Processo Legislativo de emenda à Constituição do Estado insere incorretamente uma informação no material que está produzindo. De acordo com o processo legislativo estadual está incorreta o seguinte trecho.

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) A Constituição poderá ser emendada mediante iniciativa popular pela apresentação à Assembleia Legislativa de PEC por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado distribuídos, por pelo menos, dez Municípios.
- c) A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, com o respectivo número de ordem.
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal em qualquer Estado, de estado de defesa ou de sítio.

22. Sabrine é Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Pará, ao ser entrevistada por Betânia, é questionada sobre como os interessados podem provocar a atuação da Corte de Contas paraense, respondendo com excelente didatismo constitucional todas as informações necessárias. De acordo com a Constituição do Estado não está legitimado a denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

- a) Qualquer cidadão.
- b) Qualquer pessoa.
- c) Partido político com representação na Assembleia Legislativa do Pará.
- d) Sindicato.
- e) Qualquer partido político.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DO TCE-PA)*Herbert Almeida*

23. Jorge foi condenado pelo Tribunal de Contas do Pará ao pagamento de multa simultaneamente com a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança. Irresignado com a penalidade, Jorge buscou ajuda de advogado, buscando entender melhor as características dessa penalidade. Nessa situação, ele foi corretamente informado de que:

- a) a competência para aplicar a pena é do Plenário do TCE, mediante decisão da maioria absoluta dos membros.
- b) a sanção não poderia ser aplicada cumulativamente com a multa.
- c) o prazo da inabilitação não será superior a cinco anos.
- d) a inabilitação é uma consequência do julgamento das contas pela irregularidade.
- e) a inabilitação alcança a administração estadual e municipal.

24. Ana foi condenada pelo Tribunal de Contas do Pará ao pagamento de multa e as suas contas, em processo de prestação de contas, foram julgadas irregulares. Imediatamente, Ana juntou a documentação necessária para impugnar a decisão da Corte. Nessa situação, o instrumento de recurso cabível será o:

- a) recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de até 15 dias.
- b) recurso de reexame, no prazo de 30 dias, com efeito suspensivo.
- c) embargos de declaração, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias.
- d) agravo regimental, no prazo de dez dias, com efeito suspensivo.
- e) pedido de rescisão, no prazo de um ano, com efeito suspensivo.

25. Determinado Secretário de Estado do Pará está em dúvidas sobre a aplicação de dispositivos da legislação de licitações. A sua assessoria jurídica informou que o assunto era de ampla complexidade e divergência, motivo pelo qual propôs a apresentação de consulta ao Tribunal de Contas do Estado. Acerca desse tema, pode-se afirmar que:

- a) o Secretário de Estado não goza de legitimidade para formular consulta, devendo encaminhar o processo ao Governador, autoridade legitimada no âmbito do Poder Executivo do estado.
- b) a consulta deverá ser formulada em tese, exigindo decisão unânime para constituir caráter normativo e prejudgamento de tese.
- c) o Tribunal não goza mais de competência para decidir consulta, uma vez que o Supremo Tribunal Federal considerou que a Corte não analisa a constitucionalidade de norma.
- d) as decisões emitidas pela maioria do Plenário terão caráter normativo, constituindo prejudgamento de tese, mas não do fato ou do caso concreto.

- e) a consulta poderá ser respondida de forma monocrática por Conselheiro do Tribunal, sempre que a matéria tratar de dispositivo que envolva as competências da Corte de Contas.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS DO ESTADO DO PARÁ

Sérgio Henrique

26. A respeito da população indígena, podemos dizer que:

- a) As taxas de natalidade são baixas e a expectativa de vida é alta. Há um predomínio de crianças e jovens indígenas.
- b) Segundo o último censo, há cerca de 817.962 indígenas em 488 terras indígenas que, em exclusividade e pelo processo de colonização, falam apenas o português.
- c) Os indígenas que habitam fora de suas terras também apresentam altas taxa de fecundidade e mortalidade. Em Altamira e em Jacareacanga, por não ter terras indígenas declaradas, a maioria convive nas cidades em bairros pobres.
- d) O Estado brasileiro conta com um órgão indigenista chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. Foi responsável pela criação de diversas terras indígenas, como a terra indígena Sororó em Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia.
- e) A população indígena no país sofreu um enorme decréscimo devido aos extermínios, epidemias e escravidão foram os principais motivos dessa redução. Atualmente ameaçam as comunidades indígenas as atividades de garimpo ilegal, como na reserva Munduruku, no sudoeste do estado.

27. Assinale a alternativa correta.

- a) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano, por exemplo em áreas suscetíveis às inundações, por isso as enchentes são controladas na RMB pois o planejamento urbano rígido conseguiu superar essa vulnerabilidade.
- b) A RMB possui uma das mais extensas redes urbanas do país e polariza os principais fluxos paraenses, com forte influência no Centro Oeste e leste do Amazonas.
- c) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano e proliferaram favelas nas baixadas, que além da falta de infraestrutura, principalmente sanitária, são espaços em que os jovens estão submetidos à influência do tráfico de drogas e das facções criminosas.
- d) A RMB é a única região metropolitana do estado com densa conurbação dos municípios.
- e) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano, que entre outros problemas, a gentrificação dos espaços degradados, que aumenta sensivelmente a vulnerabilidade social.

28. Texto I

Enchentes deixam mais de 500 famílias desabrigadas em Rio Maria, no Pará. São 2,7 mil pessoas afetadas, segundo a Defesa Civil Municipal. Prefeitura decretou emergência. G1 Pará — Belém 31/01/2024

Texto II

Em Marabá, Estado começa a cadastrar famílias atingidas pelas enchentes. A meta é beneficiar cerca de 1,6 mil famílias que tiveram suas casas atingidas pelas águas dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Agência Pará 24/03/2023

As causas desse cenário estão associadas:

- a) ao crescimento ordenado desses municípios nas margens do rio e a falta de uma política eficiente por parte do poder público.
- b) a falta de planejamento urbano, aos problemas relacionados ao represamento dos rios da região e ao aumento do volume de chuvas em determinados períodos do ano.
- c) a implantação de grandes projetos, a migração e o desenvolvimento da atividade agrícola no leito dos principais rios da região, com destaque para o rio Amazonas.
- d) a intensa atividade de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias nos portos presentes nestes rios, despejando toneladas de dejetos em suas margens.
- e) aos desmatamentos causados pelas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos rurais existentes na região que destroem a mata ciliar.

29. “Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que o Brasil seria beneficiado em termos de aumento do produto interno bruto (PIB), de investimentos e de ganhos na balança comercial caso o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia entre em vigor. Entre 2024 e 2040, o acordo provocaria um crescimento de 0,46% no PIB brasileiro – o equivalente a US\$ 9,3 bilhões a preços constantes de 2023 –, em relação ao cenário de referência. O estudo mostra também que, em termos relativos, o país obteria ganhos maiores que os da União Europeia (aumento de 0,06% no PIB) e dos demais países do Mercosul (alta de 0,20%). As negociações entre os dois blocos se arrastam há 25 anos e o tema voltou às manchetes na semana passada, quando a Comissão Europeia reiterou o interesse em concluir o acordo, apesar da oposição da França. Os autores consideraram como referência os dados e projeções de PIB feitas pelo Fundo Monetário Internacional para os anos de 2014 a 2026. Até 2040, as taxas de crescimento do último ano foram replicadas.”

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14875-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-uniao-europeia-traria-beneficios-economicos-para-o-brasil>

Assinale a alternativa que indica um impacto ambiental que o acordo acarretará:

- a) o aumento da produção industrial e do uso de tecnologia no processo de desmatamento são os fatores responsáveis pelo aumento dos indicadores referentes ao desmatamento na região.
- b) o aumento dos desmatamentos está relacionado a expansão da agropecuária, uma das atividades mais recentes dentre as desenvolvidas na região nos últimos anos.
- c) o aumento dos desmatamentos está associado a expansão da fronteira agrícola e das áreas de plantations, fato que pode ser agravado com o aumento da produção de commodities agropecuárias para a exportação para a U.E.
- d) o aumento dos desmatamentos está associado a expansão do cultivo da soja, fato que pode ser

reduzido com a produção de dendê, matéria prima para produção biocombustíveis na região.

- e) o aumento dos desmatamentos está associado ao crescimento das grandes cidades e ao processo de migração constantes na região, sobretudo pelo aumento dos investimentos no campo do turismo.

30. As Unidades de Conservação (UCs), divididas em dois grupos, são protegidas pelo Governo Federal e gerenciadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esse sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e é regido pela Lei nº 9.985, de julho de 2000. A respeito do tema, julgue os itens a seguir:

I - As Unidades de Proteção Integral podem ser de cinco tipos, são eles: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.

II – Dentre as unidades de conservação de proteção integral estão os Parques Nacionais, que visam à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. São de posse e domínio públicos. O Parna Jamanxim é bastante afetado pela pressão do avanço da fronteira agrícola.

III – A Floresta Nacional do Jamanxim é uma unidade de uso sustentável, criada para fortalecer a proteção dada à região afetada pelo desmatamento ilegal e grilagem de terras.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) todas as proposições estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

31. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações), assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo o princípio da continuidade da lei, quando a lei entra em vigor, continuará ela em vigor, até que outra lei a modifique ou a revogue.
- b) Como regra, a lei revogada volta a vigor com a revogação da lei que a revogou.
- c) De acordo com o princípio da especialidade, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- e) A ultratividade consiste no fato de a lei revogada continuar a ser aplicável e aplicada mesmo após a sua revogação, durante o período de vacância de lei ou do ato normativo revogatório.

32. Quanto à previsão normativa acerca do domicílio, assinale a afirmativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência, desconsiderando-se a presença de ânimo definitivo.
- b) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) Se a pessoa exercer sua profissão em mais de um local, apenas um destes constituirá domicílio para todas as relações correspondentes.
- d) Ter-se-á em relação à pessoa natural que não tenha residência habitual, a ausência de domicílio, independentemente do local onde possa ser encontrada.

- e) A mudança de domicílio decorre da mudança de residência, independente da intenção manifesta do domiciliado em mudar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

33. Servidor municipal ingressou com uma ação pedindo a incorporação ao salário de uma vantagem pecuniária estabelecida por lei local. O juiz, ao analisar a petição inicial, percebe que o assunto contraria enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, mas não encontrou entendimento firmado nos tribunais superiores.

Diante desse caso, é correto afirmar que o juiz

- a) designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 dias de antecedência.
- b) independentemente de citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido.
- c) apenas nos casos do mérito encontrar respaldo em enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, poderia julgar liminarmente o mérito.
- d) julgará liminarmente improcedente o pedido, não sendo tal decisão atacável por apelação.
- e) Julgará liminarmente improcedendo o pedido, não havendo chance de posterior retratação após o recurso aplicável.

34. Raiane ingressou com ação para que Júlia pagasse a dívida contraída em 2020. Após contratar um advogado, Júlia poderá contestar a petição inicial, indicando todas as seguintes preliminares, exceto:

- a) inexistência ou nulidade da citação.
- b) perempção.
- c) indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.
- d) nulidade da dívida.
- e) incorreção do valor da causa.

35. Matheus ajuizou uma ação de cumprimento de sentença em face de Caio, devido à procedência do pedido de indenização, visto que não houve o adimplemento de forma voluntária.

Na impugnação ao cumprimento de sentença, Caio não poderá alegar:

- a) ilegitimidade de parte
- b) inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação
- c) avaliação errônea.
- d) incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução
- e) prescrição, ainda que anterior à sentença.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

36. Sobre a aplicação da lei penal, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes, é **correto** afirmar que:

- a) considera-se praticado o crime no lugar em que se produziu o resultado, quando se tratar de crime de mera conduta;
- b) admite-se, por força do princípio da legalidade em matéria penal, a criação de tipo penal por medida provisória com força de lei;
- c) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra a honra do presidente da República;
- d) implica *abolitio criminis* o decurso do período de duração da lei temporária ou, no caso da lei excepcional, a cessação das circunstâncias que a determinaram;
- e) não se admite a analogia *in malam partem* para o estabelecimento de norma penal incriminadora.

37. O conceito de imputabilidade abrange um conjunto de requisitos que conferem ao indivíduo a capacidade para que lhe possa ser atribuída responsabilidade por comportamento legalmente definido como infração penal. Nos termos da legislação vigente, pode-se afirmar corretamente que não exclui a imputabilidade

- a) o desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- b) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito.
- c) a menoridade.
- d) a emoção ou a paixão.
- e) a doença mental.

38. Sandro, ao sair de um bar onde confraternizara com amigos, assume o volante de seu veículo para voltar para casa e é surpreendido com uma Blitz da Operação Lei Seca na avenida por onde passava. Os policiais determinam que Sandro pare seu carro e indagam se ele poderia realizar o teste do etilômetro. Apesar de ter ingerido bebida alcoólica, Sandro acredita que a quantidade será inferior à configuração de crime pelo aparelho. Ao constatar a quantidade de álcool expelida por Sandro ao soprar o aparelho, o policial Robson informa a Sandro que ele estaria preso em flagrante pela prática do crime do artigo 306 da Lei nº 9.503/97. Muito assustado, Sandro pergunta a Robson se não poderiam resolver aquele problema de uma outra forma e oferece a Robson R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que fosse liberado. O policial recusa o pagamento e leva Sandro preso para a Delegacia da área, onde narra os dois fatos. Com base nas informações apresentadas, em relação à oferta de vantagem formulada por Sandro é **correto** afirmar que

- a) deverá ser acusado pela prática do crime de corrupção passiva consumada, por ser crime formal.
- b) deverá responder pela prática do crime de corrupção passiva tentada, por ser crime formal.
- c) deverá responder pela prática do crime de corrupção ativa tentada, por ser crime material.
- d) deverá responder pela prática do crime de corrupção passiva consumada por ser crime material.
- e) deverá ser acusado pela prática do crime de corrupção ativa consumada, por ser crime formal.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

39. A Empresa ABC Ltda. fabrica cápsulas de acomodação e destinação adequada de rejeitos radioativos para usinas nucleares no Brasil. Recentemente, uma outra empresa, a XYZ Ltda. contratou os produtos da empresa ABC Ltda para uma usina que pretende instalar em 2027 no território paraense, na cidade de Altamira. Essa usina irá afetar dois territórios indígenas e uma antiga cava de mineração.

Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A localização da usina deve ser prevista em lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Pará.
- b) A competência de legislar sobre populações indígenas é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, razão pela qual a competência pelo licenciamento da usina nuclear deve ser definida com base no princípio da predominância do interesse.
- c) Caso o empreendimento da usina tenha potencial de causar significativa degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental tão logo seja emitida a licença prévia do empreendimento.
- d) A avaliação de impactos ambientais, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, pode ser concretizada por meio do Estudo de Impacto Ambiental, ao qual deve-se dar publicidade.
- e) O IBAMA, como órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), é o responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento.

40. André, servidor público, respondeu em juízo pela prática de omitir a verdade em um procedimento de licenciamento ambiental, conduta tipificada pelo art. 66 da Lei nº 9.605/1998. Finda a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, os autos foram conclusos para que o magistrado proferisse sentença. Ao estudar o caso, Demóstenes, juiz de direito, verificou que estava presente uma circunstância que atenuaria a pena a ser aplicada em favor do réu.

Assinale a única alternativa que não traz uma circunstância atenuante no âmbito da referida lei.

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.
- c) comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- d) colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- e) não ter realizado o ato para obter vantagem pecuniária.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS

Elisabete Moreira

41. A Gestão das Políticas Públicas no Brasil tornou-se um processo institucionalizada nos últimos tempos. A literatura acerca da matéria é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é incorreto afirmar que:

- a) São consideradas políticas governamentais as políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais.
- b) Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- c) A abordagem estadocêntrica considera políticas públicas apenas as que surgem do poder estatal.

d) O conceito de política pública é único e seguido por todos os autores que tratam do tema.

e) O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que permite analisar em separado as várias fases de uma política pública.

42. As políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas, podendo ser conduzidas segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos / tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

43. A governança pública reflete a forma de relacionamento dos diversos atores no contexto da administração e retrata a interação e o papel das diversas instâncias, a exemplo do Congresso Nacional que pode ser entendido, como uma instância:

- a) interna de apoio à governança;
- b) interna de governança;
- c) autônoma de administração tática;
- d) externa de apoio à governança;
- e) externa de governança.

44. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, accountability, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability não afeta a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade leva a uma boa governança.

45. Um dos métodos mais utilizados pela administração pública para medição e gestão de desempenho do planejamento estratégico é o Balanced Scorecard – BSC. Sobre o tema, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- () Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.
- () Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS*Antônio Daud*

46. Assinale a alternativa que CONTRARIA as definições constantes da IN 5/2017 (Instrução normativa nº 5/2017 da secretaria de gestão do ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão):

- a) **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO:** conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, constituindo-se em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.
- b) **XIV - PAGAMENTO PELO FATO GERADOR:** situação de fato ou conjunto de fatos, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente a sua materialização, que gera obrigação de pagamento do contratante à contratada.
- c) **XV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:** documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.
- d) **XVI - PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:** documento que consolida informações sobre todos os itens que o órgão ou entidade planeja contratar no exercício subsequente, acompanhado dos respectivos Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, conforme regulamento a ser expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- e) **GERENCIAMENTO DE RISCOS:** processo para identificar, avaliar, tratar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

47. Na elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência para contratação de serviços, NÃO são vedadas especificações que:

- a) por excessivas ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade.
- b) não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não se admitindo especificações que deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade.
- c) estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.
- d) por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, favoreçam a contratação de prestador específico.
- e) enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ou outro que vier substituí-lo.

48. Em relação à duração dos contratos administrativos, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimentos por parte da empresa contratada.
- c) É absolutamente vedado o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.
- e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência nunca poderá ser prorrogado.

49. No que se refere à disciplina geral sobre contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021 nos casos em que a Administração optar por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.
- b) A Lei 14.133/2021 admite a subcontratação integral do objeto contratual, quando referir-se a obras e serviços de engenharia em que houver sido exigido seguro-garantia.
- c) As cláusulas de um contrato administrativo são fixadas de forma unilateral pela Administração, razão pela qual tais avenças caracterizam-se como sendo de adesão.
- d) Em determinado contrato decorrente de licitação realizada sob a modalidade diálogo competitivo, é possível a aplicação de multa de no máximo 25% do valor contratual, caso prevista contratualmente.
- e) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00.

50. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impede o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impede o sancionado de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 2 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 3 anos.
- d) impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública apenas do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com nenhuma outra sanção, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

51. João é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Pará e foi designado pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antônio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antônio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

52. A atividade administrativa se submete a um conjunto de controles, que buscam não só assegurar o cumprimento das leis, como também o alcance de bons resultados. Nesse contexto, os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativos de natureza jurisdicional.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

53. Sobre a natureza dos tribunais de contas, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal de Contas da União – TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despidido de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

54. Considerando a competência constitucional dos tribunais de contas para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O Tribunal de Contas não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O Tribunal de Contas não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.
- d) A competência técnica do Tribunal de Contas, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) No caso de concessão de revisão geral anual que impacte no valor da aposentadoria concedida, o ato de aposentadoria deverá ser submetido novamente ao registro do Tribunal de Contas.

55. A empresa estatal Alfa foi instituída com recursos da União e do Pará. Após as devidas negociações, ficou acertado que a União contribuiria com 49% do capital da entidade, enquanto o estado do Pará contribuiria com 51%, tendo, assim, o controle acionário.

Alguns anos após a constituição, o TCU julgou tomada de contas especial, considerando que o gestor da empresa estatal Alfa não lhe prestou contas. Em resposta, o gestor informou que não fez a prestação de contas, uma vez que a empresa estatal Alfa não estava sujeita à jurisdição do TCU.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a resposta do gestor está:

- a) incorreta, uma vez que a empresa estatal Alfa se encontra sujeita à jurisdição do TCU e do TCE-PA, na medida da contribuição de cada ente Federativo para a formação do capital da entidade.
- b) correta, pois se trata de matéria de autonomia federativa, uma vez que a União não pode adotar medidas invasivas sobre órgãos, entidades ou sociedades sob o controle de poder público de outro ente da Federação.
- c) correta em partes, pois o TCU não poderia instaurar tomada de contas especial, mas poderia julgar as contas ordinárias, em relação ao capital da União.
- d) correta, pois o TCU não exerce jurisdição sobre empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) incorreta, uma vez que o TCU, como Entidade Fiscalizadora Superior, pode exercer o controle sobre empresas estatais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

56. Sobre as entidades fiscalizadoras superiores – EFS é correto afirmar que:

- a) o Brasil adotou o sistema de tribunal ou corte de contas, já que sua EFS é organizada em estrutura colegiada, com força coercitiva e, em sentido impróprio, com poder judicante.
- b) o modelo brasileiro aproxima-se mais do sistema adotado nos países do *common law*.
- c) o sistema adotado no Brasil é rígido, já que não se admite a mistura entre os sistemas de auditorias-gerais e de cortes de contas.
- d) a Constituição Federal basicamente não prevê competências ou prerrogativas para a EFS nacional, quando comparada com as constituições de outros países.
- e) alguns autores consideram que o TCU adotou o modelo latino-americano, caracterizado pelo exercício de competência jurisdicional, em sentido típico, e pela vinculação ao Poder Judiciário.

57. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria).
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.

e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

58. De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União deverá encaminhar relatório de suas atividades. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) os referidos relatórios têm a natureza de prestação de contas, motivo pelo qual o Congresso Nacional deverá apreciá-los e julgá-los, no prazo constitucional.
- b) o TCU deverá apresentar relatórios quadrimestrais e anuais sobre as suas atividades, mas tais relatórios não têm natureza de prestação de contas anual.
- c) esses relatórios, além de permitirem que o Legislativo possa acompanhar o desempenho das atribuições do Tribunal de Contas, também se destinam a expor ao Legislativo a situação das finanças públicas administradas pelos órgãos e entidades governamentais.
- d) os relatórios devem ser enviados ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público, para que estes possam avaliar o desempenho do Tribunal de Contas da União.
- e) os referidos relatórios são enviados de forma consolidada pelo TCU, com informações de atividades de todos os tribunais de contas, incluindo os estaduais, uma vez que não existe disposição semelhante para as cortes de contas dos estados.

59. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

60. Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) dada a natureza administrativa dos processos de controle externo, é inviável a aplicação analógica e subsidiária do Código de Processo Civil no âmbito do Tribunal de Contas do Estado.
 - b) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.
 - c) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.
 - d) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.
 - e) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada mediante mandado de segurança ou ação ordinária.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AVANÇADOS****DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

61. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

62. Analise as seguintes afirmativas:

- I - Paul tem 25 anos, é franco-brasileiro, tendo se naturalizado no Brasil em 2022, e pretende se candidatar a prefeito do município Beta em 2024.
- II - Laís é brasileira nata, tem 26 anos e pretende se candidatar a Senadora pelo Estado Alfa em 2026.
- III - Larissa é brasileira nata, tem 30 anos, não possui cargo eletivo, é filha do Vice-Presidente da República eleito em 2022 (mandato 2023 a 2027) e pretende se candidatar a Governadora do Estado Zeta em 2026.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Paul não poderá ser candidato, Laís e Larissa sim.
- b) Larissa não poderá ser candidata, Paul e Laís sim.

- c) Paul e Larissa poderão ser candidatos, Laís não.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

63. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

64. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

- a) “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).
- b) “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF).
- c) “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (art. 5º, XV, da CF).
- d) “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF).
- e) “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas” (art. 218 da CF).

65. O Estado Beta emendou sua constituição para determinar que, em caso de vacância do cargo de vice-governador, realizar-se-ão eleições avulsas pela Assembleia Legislativa.

Levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A emenda é constitucional.
- b) A emenda é inconstitucional, por violação dos princípios da legalidade e da simetria.
- c) A emenda é inconstitucional, por usurpação de competência exclusiva da União.
- d) A emenda é inconstitucional, por violação do pressuposto de dupla vacância.
- e) A emenda é inconstitucional, por violação da soberania popular.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

66. No bojo de processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, Pedro, na condição de interessado, interpôs recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso de Pedro:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

67. Considere que o Município paraense Alfa foi inscrito em cadastros restritivos federais em virtude de irregularidades ocorridas em gestão do prefeito João, inobstante a prefeita sucessora, Maria, tenha tomado as providências necessárias ao ressarcimento dos danos patrimoniais observados.

Quanto à inscrição do município nos cadastros restritivos, assinale a assertiva correta:

- a) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município, com fundamento no princípio da autotutela.
- b) É legítima a inscrição do município, ante a violação ao princípio da legalidade.
- c) É legítima a inscrição do município, com fundamento no princípio da especialidade.
- d) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município, com fundamento no princípio da intranscendência subjetiva das sanções.
- e) É legítima a inscrição do município, pelo poder público federal, princípio da autonomia federativa.

68. Considerando a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário-mínimo refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- e) Os servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.

69. Cabe ao poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar, EXCETO:

- a) gestão transparente da informação, propiciando seu amplo acesso e divulgação.
- b) proteção da informação e a garantia de sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- c) proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- d) garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- e) disponibilização do acesso às informações em múltiplas plataformas tecnológicas, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo da prestação de caráter presencial.

70. Em relação ao recurso no caso de indeferimento de acesso a informações, assinale a alternativa de acordo com a Lei 12.527/2011:

- a) o recurso poderá ser interposto no prazo de 20 dias a contar da ciência da decisão que indeferir o pedido.
- b) O recurso será dirigido à mesma autoridade que exarou a decisão impugnada.
- c) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 20 dias.
- d) Só é cabível a interposição de recurso dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- e) Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Presidência da República.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

71. Marque a alternativa que apresenta a principal diferença entre o orçamento impositivo e o orçamento autorizativo no contexto das finanças públicas.

- a) O orçamento impositivo é uma estimativa de receitas e despesas, enquanto o orçamento autorizativo é uma projeção de investimentos futuros.
- b) O orçamento impositivo determina que determinadas despesas são obrigatórias, enquanto o orçamento autorizativo apenas autoriza a execução de despesas, sem obrigatoriedade de execução.
- c) O orçamento impositivo é utilizado apenas para despesas de caráter social, enquanto o orçamento autorizativo abrange todas as áreas do governo.
- d) O orçamento impositivo permite flexibilidade na alocação de recursos, enquanto o orçamento autorizativo é rígido e não permite alterações durante o exercício financeiro.
- e) O orçamento impositivo é uma prática exclusiva do setor privado, enquanto o orçamento autorizativo é usado apenas no setor público.

72. O orçamento público pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Assinale a alternativa abaixo que melhor representa as características associadas às naturezas política, econômica, gerencial e jurídica do orçamento público:

- a) A natureza política do orçamento público refere-se exclusivamente ao processo de arrecadação de receitas pelo governo.
- b) A natureza econômica do orçamento público diz respeito à alocação de recursos financeiros de acordo com os princípios de eficiência e eficácia, visando o melhor uso dos recursos disponíveis.
- c) A natureza gerencial do orçamento público envolve a criação de normas legais e regulamentos que

regem a elaboração, aprovação e execução do orçamento.

- d) A natureza jurídica do orçamento público está relacionada ao controle do uso dos recursos públicos e à prestação de contas à sociedade.
- e) A natureza política do orçamento público envolve a definição de prioridades e a alocação de recursos, influenciada por escolhas e negociações entre os diferentes atores políticos.

73. Com relação aos princípios que regem a atividade financeira e orçamentária do Estado, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio da universalidade, obriga-se o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- d) De acordo com o princípio do orçamento bruto, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) O princípio da não afetação da receita veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

74. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam incluídos na receita corrente líquida do estado os valores, exceto:

- a) Receitas tributárias
- b) Receitas de transferências correntes
- c) Receitas entregues aos Municípios por determinação constitucional
- d) Receitas agropecuárias e industriais
- e) Receitas de contribuições

75. O orçamento-programa é uma abordagem orçamentária utilizada para aprimorar a gestão pública, focando em resultados e objetivos específicos. Qual das alternativas a seguir melhor descreve as características e vantagens do orçamento-programa?

- a) O orçamento-programa é caracterizado pela divisão das despesas em categorias econômicas, como custeio e capital, sem vincular os gastos a programas específicos.
- b) Uma das principais vantagens do orçamento-programa é a sua capacidade de detalhar as despesas de acordo com as funções de governo, facilitando a alocação de recursos por áreas de atuação.
- c) No orçamento-programa, a alocação de recursos é feita com base em programas e projetos específicos, permitindo a medição de desempenho e avaliação de resultados.
- d) O orçamento-programa se diferencia do orçamento tradicional por não prever uma abordagem voltada para a mensuração de resultados, mas sim pela eficiência na execução dos gastos.
- e) A flexibilidade do orçamento-programa permite que recursos sejam facilmente redistribuídos entre programas e projetos, sem a necessidade de uma nova autorização legislativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

76. Considerando as regras de Legislação Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.
- c) A atualização do valor monetário da base de cálculo constitui majoração de tributo.
- d) A interpretação da legislação tributária que define infrações deve ser feita da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
- e) A legislação tributária dos Estados pode vigorar fora dos respectivos territórios, quando previsto em convênios.

77. João adquiriu um imóvel em uma determinada cidade e, após a compra, foi surpreendido com a cobrança do IPTU que estava já havia sido lançado e não pago há 2 anos, quando o imóvel ainda pertencia ao antigo proprietário. Considerando a legislação tributária, João deseja saber se é responsável por esse imposto.

De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, João:

- a) Não é responsável pelo imposto, pois o fato gerador ocorreu antes da sua aquisição.
- b) É responsável pelo imposto, por ter ocorrido a sub-rogação pessoal.
- c) Não é responsável pelo imposto, pois a responsabilidade pelo pagamento do imposto é exclusiva do antigo proprietário.
- d) É responsável pelo imposto apenas se o imóvel tiver sido adquirido em hasta pública.
- e) É contribuinte do imposto, pois tem relação pessoal e direta com o seu fato gerador.

78. Sobre as taxas conforme a jurisprudência do STF, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() É constitucional a instituição de taxa referente à realização de perícia e diligências a pedido do contribuinte no âmbito do processo administrativo fiscal.

() A taxa judiciária e os emolumentos são considerados tributos da espécie tributária taxa. Já as custas judiciais não tem natureza tributária.

() É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização.

a) F, V, V

b) V, V, F

c) V, F, V

d) F, F, V

e) V, F, F

79. Considerando as regras de exclusão de crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

a) A isenção de tributos pode ser concedida sem a necessidade de lei, desde que prevista em contrato.

b) A anistia pode abranger infrações cometidas com dolo, fraude ou simulação.

c) A isenção não pode ser revogada ou modificada por lei em nenhuma circunstância.

d) A anistia abrange infrações cometidas antes e após a vigência da lei que a concede.

e) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

80. Considerando as garantias e privilégios do crédito tributário conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, exceto aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

b) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores.

c) A alienação de bens por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública presume-se fraudulenta.

d) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

e) Como regra, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

81. Com base na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F). Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

() universalidade da cobertura e do atendimento.

() equidade na forma de participação no custeio

() irreducibilidade do valor dos benefícios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - V - V

b) V - V - F

c) V - F - V

d) F - F - V

e) F - F - F

82. João, segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na categoria de empregado, obteve a aposentadoria especial, após 25 anos de contribuição e efetiva exposição a agente físico prejudicial à saúde e 60 anos de idade. Já aposentado, João continuou trabalhando na mesma empresa, porém em setor diverso daquele que gerou sua aposentadoria, agora exposto efetivamente a agente químico prejudicial à saúde. Considerando os fatos narrados e o disposto na legislação previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) João receberá o equivalente a 50% do valor da sua aposentadoria especial enquanto permanecer em atividade.
- b) Não haverá qualquer consequência na aposentadoria especial recebida por João, vez que o agente a que está exposto, prejudicial à saúde é diverso daquele que gerou sua aposentação.
- c) A aposentadoria ficará suspensa enquanto João permanecer no emprego, cabendo à empresa lhe pagar o valor do benefício.
- d) A aposentadoria especial de João será cessada.
- e) O INSS deverá ajuizar ação judicial para que possa suspender a aposentadoria de João.

83. À luz das normas constitucionais e legais acerca dos regimes próprios de previdência social, julgue os itens seguintes.

- I - O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II - Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.
- III - O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de

previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.

IV - Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

84. Os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são classificados em obrigatórios ou facultativos.

Considerando as alternativas abaixo, marque aquela que contempla um segurado facultativo.

- a) Joaquim presta serviços de natureza eventual a empresa como ensacador de cacau, com intermediação do sindicato da categoria.
- b) João é pastor evangélico numa entidade religiosa.
- c) Adriana dedica-se exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.
- d) Carlos é produtor rural e se dedica à agropecuária em área de 20 módulos fiscais.
- e) Flávia é filiada a uma cooperativa de produção, trabalha mediante remuneração ajustada ao trabalho executado.

85. Maria, servidora efetiva do Estado do Pará está afastada do trabalho por motivo de incapacidade temporária. Não recebe seus vencimentos desde então, alegando o órgão responsável pelo pagamento dos servidores que o regime próprio de previdência dos servidores estaduais é o responsável por custear e pagar a remuneração do servidor em caso de afastamento por incapacidade temporária.

Diante da situação hipotética, assinale a assertiva correta.

- a) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva estiver em gozo de licença para tratamento de saúde (incapacidade temporária), deverá receber o benefício diretamente do regime próprio de previdência social dos servidores do Estado do Pará.
- b) Está incorreto o entendimento do órgão pagador do Estado do Pará, cabendo ao próprio Estado arcar com o pagamento da servidora em caso de afastamento por incapacidade temporária.
- c) Em caso de licença para tratamento de saúde por incapacidade temporária da servidora cabe ao Estado do Pará arcar com o pagamento do benefício equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Pará.
- d) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva estiver em gozo de licença para tratamento de saúde por incapacidade temporária, deverá receber o benefício diretamente do regime próprio de previdência social dos servidores do Estado do Pará equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Pará.
- e) Está incorreto o entendimento do órgão pagador, cabendo ao próprio Estado do Pará arcar com o pagamento da servidora em caso de afastamento por incapacidade temporária. O benefício corresponderá a 91% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Pará.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

86. O Prefeito do município X, nos 80 dias que antecederam ao pleito eleitoral:

- I. Nomeou João para um cargo no Tribunal de Contas do Estado.
- II. Nomeou Laís, aprovada em concurso público homologado 120 dias antes do pleito.
- III. Transferiu Ademir, escrivão da polícia civil;
- IV. Exonerou Carlos, que exercia cargo em comissão.

Está de acordo com a Lei nº 9.504/97 os seguintes atos:

- a) Apenas II
- b) Apenas III
- c) I, II e IV
- d) II e IV
- e) I, II, III e IV

87. Bruna, prefeita eleita pela primeira vez, começa a organizar sua campanha para reeleição nos três meses anteriores ao pleito. Sabendo das diversas vedações estipuladas quanto às propagandas e os gastos eleitorais, consulta um consultor legislativo para identificar as condutas lícitas. Ao falar com o consultor, Bruna aprende que:

- a) a propaganda de eventos festivos tradicionais, ainda que patrocinada pelo ente público, não configura publicidade institucional.
- b) nos seis meses que antecedem o pleito, é vedado fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- c) é vedado empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 últimos anos que antecedem o pleito
- d) é vedada a utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta em benefício de candidato, mesmo aqueles de uso comum.
- e) é vedado, a partir dos 3 meses que antecedem o pleito, usar empregado da administração direta municipal para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal.

88. Cássio, candidato a governador no Estado X, teve o registro da sua candidatura deferida. Após 4 dias, o Ministério Público ingressou com a AIRC (Ação de Impugnação de Registro de Candidatura). Ao julgar a ação, o juiz competente confirmou o registro de candidatura de Cássio. Nesse cenário, o partido W recorreu da sentença.

Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

- a) É competência do juiz eleitoral julgar a AIRC.
- b) O juiz deferia ter considerado a matéria preclusa, visto que o prazo para a impugnação do registro de candidatura é de 3 dias após o deferimento.
- c) Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
- d) No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.
- e) A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

89. A justiça eleitoral do estado X possui diversas ações de prestações de contas para julgar, e percebe que os servidores atualmente responsabilizados por tal tarefa não estão conseguindo realizar o julgamento de forma célere e eficiente. Diante de tal situação, a Justiça Eleitoral requisita técnicos do Tribunal de Contas do Estado, para auxiliar na atividade por tempo indeterminado.

Diante dessa situação.

- a) Para efetuar o julgamento de regularidade das contas de campanha, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, por até 6 meses.
- b) Para efetuar o julgamento de regularidade das contas de campanha, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, pelo tempo que for necessário.
- c) Não é possível a requisição de técnicos do Tribunais de Contas para auxiliar a justiça eleitoral nessa situação.
- d) Para efetuar o julgamento de regularidade das contas de campanha, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, por até 12 meses.
- e) Para efetuar o julgamento de regularidade das contas de campanha, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, por até 3 meses.

90. O princípio republicano condiciona a interpretação e a aplicação da norma constitucional do art. 14 § 5º da CF/88, que permite a reeleição do executivo por apenas uma única vez, visando a adequada alternância de poder.

Com esse cenário, está correto o que se afirma em:

- a) o cônjuge e os parentes de prefeito reeleito são inelegíveis para o mesmo cargo em outra circunscrição eleitoral, ainda que em município vizinho, sendo vedado o terceiro mandato consecutivo familiar.
- b) Apenas presidente da República, governadores de Estado e do Distrito Federal podem se candidatar à reeleição para um mandato em período subsequente
- c) É possível o exercício de terceiro mandato subsequente para o cargo de prefeito, desde que em município diverso, com a devida transferência do domicílio eleitoral.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição
- e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

91. O governo de um país está revisando seu orçamento anual para o próximo ano e está analisando como melhor alocar os recursos para alcançar seus objetivos econômicos e sociais. As autoridades estão avaliando como o orçamento pode ser usado não apenas para financiar projetos e serviços, mas também para promover a equidade social e manter a estabilidade econômica.

Considerando as funções clássicas do orçamento, como as autoridades devem usar o orçamento para alcançar os seguintes objetivos: promover a eficiência na alocação de recursos, garantir a equidade na distribuição de renda e manter a estabilidade econômica?

- a) Função alocativa deve ser usada para determinar quais setores receberão mais recursos, função distributiva deve ser aplicada para assegurar que as políticas sociais atinjam as populações mais vulneráveis, e função estabilizadora deve ser utilizada para ajustar as políticas fiscais de modo a evitar recessões econômicas e controlar a inflação.
- b) Função regulatória deve ser usada para definir normas de execução orçamentária, função administrativa para gerenciar os recursos alocados, e função legislativa para revisar e aprovar as alocações orçamentárias.
- c) Função de planejamento deve ser empregada para definir estratégias a longo prazo, função de controle para monitorar a execução orçamentária, e função de avaliação para ajustar o orçamento conforme necessário.
- d) Função de financiamento deve ser usada para garantir a arrecadação de recursos, função de execução para implementar projetos, e função de revisão para ajustar as despesas de acordo com as necessidades emergentes.
- e) Função administrativa deve ser utilizada para organizar os órgãos públicos, função legislativa

para criar leis orçamentárias, e função executiva para implementar as políticas orçamentárias.

92. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), qual dos seguintes requisitos deve ser cumprido para a criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado?

- a) Apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- b) Demonstrar que a despesa será financiada por receitas de operações de crédito.
- c) Comprovar que a despesa será custeada por receitas extraordinárias.
- d) Garantir que a despesa não ultrapasse 10% da Receita Corrente Líquida (RCL).
- e) Aprovar a despesa em consulta pública com a participação direta da sociedade.

93. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiras transferências. Tal mandamento refere-se ao princípio do(a):

- a) unidade
- b) especificação
- c) não vinculação
- d) universalidade
- e) orçamento bruto

94. No estudo do orçamento público, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecem diversas atribuições para os instrumentos de planejamento orçamentário. Contudo, há aspectos que são complementados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Marque a alternativa que aborda um desses pontos complementares:

- a) à renúncia de receita
- b) às alterações na legislação tributária
- c) ao controle de custos
- d) aos critérios para limitação de empenho
- e) aos objetivos das políticas macroeconômicas

95. O Plano Plurianual (PPA) foi projetado para ser o ponto central do sistema de planejamento renovado, direcionando os orçamentos anuais através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os três instrumentos (PPA, LDO e LOA) constituem a estrutura fundamental de um sistema unificado de planejamento e orçamento. Em relação ao PPA, é correto dizer que:

- a) Por ser um planejamento de médio prazo orientador, ele estabelecerá as diretrizes de política fiscal para o controle da dívida pública.
- b) Todo investimento público deve constar do PPA, caso contrário, o gestor responde por crime de responsabilidade.
- c) O PPA dispõe sobre os recursos do orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) Os planos e programas nacionais de longo prazo devem ser compatíveis com o Plano Plurianual.
- e) O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de correntes.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

96. As variações patrimoniais são alterações que ocorrem no patrimônio de uma entidade e refletem os fatos que afetam a composição patrimonial. As opções a seguir indicam grupos de variações patrimoniais quantitativas aumentativas, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Ganhos com Ativos
- b) Benefícios Previdenciários
- c) Contribuições
- d) Desincorporação de Passivos
- e) Transferências Recebidas

97. Acerca da demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público e dos atos potenciais, assinale a opção correta:

- a) O balanço patrimonial está estruturado em quatro quadros, sendo um quadro principal e três quadros anexos.
- b) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se as quatro classes de contas de natureza patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- c) Os ativos e passivos serão apresentados em níveis analíticos.
- d) Os saldos das contas intragovernamentais deverão ser incluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.
- e) Para fins de consolidação e consistência das informações, as entidades do setor público deverão utilizar a forma de apresentação dos ativos e passivos baseada na liquidez de modo preferencial.

98. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, analise as assertivas a seguir:

I – No âmbito do balanço financeiro, a discriminação por fonte / destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários.

II – Na estrutura do balanço patrimonial prevista pela Lei n. 4.320/64, os créditos empenhados a liquidar compõem o passivo financeiro.

III – O resultado patrimonial, evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, é um indicador de desempenho, pois representa um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III

99. O Município Audazes dos Pampas apresentou os seguintes dados financeiros que compõem o balanço financeiro do Ente:

Descrição	Valores
Despesa Orçamentária	R\$ 511.440
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 64.160
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 234.624
Receitas Orçamentárias	R\$ 631.240
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 90.800
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 20.000
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 360.424
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 52.040

Considerando essas informações, o resultado financeiro do exercício foi de:

- a) R\$ 151.840
- b) R\$ 93.160
- c) R\$ 125.800
- d) R\$ 119.800
- e) R\$ 145.800

100. Acerca da dívida pública, operações de crédito e seus limites, assinale a opção correta:

- a) Cabe ao Congresso Nacional a definição de limites globais para o montante da dívida consolidada dos entes políticos.
- b) Integram a dívida consolidada apenas operações de crédito com prazo superior a doze meses.
- c) A base de cálculo dos limites da dívida consolidada dívida consolidada dos entes e para a dívida mobiliária federal são fixados em percentual da receita corrente.
- d) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- e) A apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada bimestre, a fim de verificar o cumprimento do limite e evidenciá-lo no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Discursiva 01

O empregado público “X” frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público. Ficou comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para outra pessoa.

O servidor temporário “Y” permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei.

O empresário “Z”, atuando em conjunto com servidor efetivo, concorreu para o ato de improbidade, percebendo vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública.

Considerando que os atos foram cometidos de forma dolosa, sob a ótica da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, analise o caso, abordando:

- a) considerando os agentes, responda se há ato de improbidade e, caso afirmativo, qual o tipo;
- b) as sanções cabíveis e possibilidade de cumulação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 02

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) inovou o ordenamento jurídico brasileiro e conferiu aos tribunais de contas a tarefa de verificar o cumprimento dos preceitos legais pelos administradores públicos. Os instrumentos de controle instituídos pela LRF propiciaram maior amplitude de ação e, com isso, os tribunais de contas ganharam força na fiscalização preventiva.

Tendo em vista que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto que aborde os seguintes aspectos:

1. a ação dos instrumentos de controle instituídos pela LRF;
2. a atuação dos tribunais de contas diante de fatos que possam comprometer programas governamentais e de indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 03

Mévia Silva, segurada obrigatória empregada, foi demitida, sem justa causa de seu trabalho desempenhado na mesma cidade de domicílio. Laborou por quinze anos ininterruptos. Seis meses após sua demissão, ainda desempregada, não tendo desempenhado em nenhum momento qualquer função remunerada, fica grávida. Ela procura um advogado para saber se de algum modo poderia pleitear o direito ao salário-maternidade junto ao INSS. Discorra a respeito da situação hipotética de forma concisa, coesa e fundamentada sobre as orientações que o advogado deverá fornecer para sua cliente, concluindo acerca do direito de Mévia ao benefício.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 04

Um órgão público contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um edifício anexo para alocação de atividades de suporte de informática. No curso do contrato, em face de constrições orçamentárias e da necessidade de corte de despesas, viu-se obrigado a reduzir as obras inicialmente contratadas, suprimindo parte do objeto do contrato, correspondente à construção do edifício anexo.

Considerando o que dispõe a Lei 14.133/2021, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a) Existe algum limite em que a contratada estaria obrigada a aceitar a supressão quantitativa do objeto? A prerrogativa de alteração unilateral pela Administração Pública é condicionada à comprovação de circunstâncias supervenientes?
- b) A contratada faz jus a alguma espécie de ressarcimento por custos incorridos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da supressão quantitativa de seu valor?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 05

Nas últimas décadas, a administração pública brasileira vem passando por algumas reformas, com vistas ao aprimoramento do serviço público prestado e à modernização da gestão. Entre essas reformas, destaca-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), implantado no ano de 1995, sob a supervisão do então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, como forma de aproximar a administração pública brasileira da chamada administração gerencial. A partir dessas informações, responda aos seguintes pontos:

- a) Quais os aspectos da administração pública e da prestação dos serviços públicos que culminaram na implantação do PDRAE?
- b) Apresente, no mínimo, quatro características da administração pública gerencial.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
